

CAPÍTULO 1 Alguns apontamentos sobre o envelhecimento

*Felismina R. P. Mendes*¹

“Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isto que os cortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objeto de manipulações” (Bourdieu, 1983, p. 113).

Introdução

O envelhecimento, o processo de envelhecer, a velhice, a terceira idade, a melhor idade, a grande idade ou os velhos, os velhos-jovens, os velhos-velhos, os idosos, as pessoas idosas, seniores e os anciãos, são designações que espelham as dificuldades sociais, culturais e, portanto, conceptuais, quer de demarcar o processo quer o indivíduo que envelhece.

Nos últimos anos, a construção do significado social da velhice tem sido permeada por múltiplas designações sem nunca se chegar a um consenso. Esta dificuldade, não só releva o papel fundamental das práticas discursivas na constituição das identidades individuais e coletivas como pode também indiciar a tentativa de minimização do preconceito através do uso de

¹Doutora em Sociologia, Professora da Escola Superior de Enfermagem/Universidade de Évora.

ações politicamente corretas (Mendes, 2013). As diversas abordagens teóricas, do envelhecimento, confirmam as dificuldades em nomear um fenómeno que foi transmutado em problema social e as perceções coletivas exprimem, estrutural e simbolicamente, as tensões e contradições que o envolvem.

O envelhecimento e os idosos são concebidos como um “problema social”, a que urge dar resposta. A constante evocação dos custos de saúde, da dependência e da institucionalização, caminha a par com os discursos sobre a insustentabilidade da segurança social e a exigência de cada vez mais recursos destinados aos idosos (com implicações socioeconómicas diretas e indiretas). Está em causa, responder aos desafios colocados por este grupo que ganhou mediatismo analítico na maioria das áreas disciplinares, da medicina à sociologia, da psicologia ao urbanismo, da arquitetura à gerontologia ou da enfermagem à economia. Todas se esforçam em compreender e explicar o envelhecimento, situando-o nos seus aspetos individuais, históricos, culturais e sociais, e simultaneamente, em descortinarem soluções para o “problema social” que ele representa para a sociedade atual.

Neste afã analítico, transversal à maioria das áreas científicas, destaca-se o lugar marginal e de exclusão ocupado pelos idosos nos tempos atuais, indissociável do seu afastamento do processo produtivo, como se este lugar fosse inédito ao longo dos tempos. Estas conceções ignoram que, historicamente, várias foram as épocas em que o idoso foi obrigado a retirar-se da vida social para, sozinho, ir “morrer na montanha” e ignoram também que a versão romantizada dos idosos, que chegou aos dias de hoje, foi sempre gerada e divulgada a partir do ponto de vista das elites,

onde valorização e/ou o prestígio do idoso estavam relacionados com o lugar de poder que ocupava na hierarquia social.

De acordo com vários autores (Beauvoir, 1990; Leme, 1999; Mascaro, 1997; Minois, 1999), desde a Grécia antiga, a Roma, ao Renascimento, ou à sociedade europeia do século XVIII, a velhice representava o prenúncio da morte e os idosos eram confrontados

• •
18

— — — — — •
Cuidados e Envelhecimento-Miolo.indd 18

• • — — — — —
Coordenação Isabel Lage

com a perda de valor e com a diminuição dos seus privilégios sociais. Ao longo deste tempo, a Igreja substituiu-se muitas vezes ao Estado no apoio a estes indivíduos, que abandonados, sobreviviam à margem da sociedade.

A partir do século XIX, os progressos da medicina e o desenvolvimento socioeconómico das sociedades traduziram-se no aumento da esperança de vida, mas as concepções sobre a velhice e os velhos mantiveram-se inalteradas (remetendo para a doença e a proximidade da morte) tal como a segregação de que eram alvo.

Durante o século XX (e início do século XXI) o envelhecimento da população mantém-se a ritmos crescentes e este processo passa a ser alvo de atenção científica. O abandono dos idosos passa a ser socialmente condenável mas a exclusão persiste. Da mesma forma, as subjetividades mantêm-se repletas de preconceitos e estereótipos e ancoram-se, agora, no “peso

social” que o envelhecimento e os idosos representam para a sociedade.

O século XX foi também o período em que o envelhecimento se despojou, pelo menos em parte, da sua vinculação biológica e passou a ser conceptualizado como fenómeno que ultrapassa a simples ideia de fragilização da saúde, de incapacidade ou perda de funcionalidade. O envelhecimento ganhou contornos sociais e a velhice foi analisada a partir das condições sociais e das suas transformações. Estudaram-se as relações sociais subjacentes ao envelhecimento, analisaram-se as atitudes perante os idosos e o envelhecer e questionaram-se os conceitos de poder e os significados sociais que sustentam a ideologia dominante, sobre este fenómeno (Vesúvio, 1990; Leme, 1999; Mascaro, 1997; Mineis, 1999). Ainda neste século, o processo de envelhecimento e o idoso passaram a ser conceptualizados a partir dos elementos constitutivos do tempo. A idade passou a ser uma dimensão fundamental da organização social, com o recurso à idade cronológica para definir quem é idoso ou para enunciar constantemente as relações/ conceitos de gerações, e a balizar os papéis sociais de idosos e não idosos na sociedade atual.

O objetivo destes apontamentos são captar o sentido social do processo de envelhecimento e do ser idoso e contribuir para desocultar algumas das lógicas analíticas sobre este fenómeno,

que têm assumido uma centralidade científica e mediática incontestável na atualidade.

Desenvolvimento A dificuldade de nomear os fenómenos – envelhecimento e velho

Em todas as construções sociais e históricas do envelhecimento encontram-se as crenças, os mitos, os preconceitos e os estereótipos que expressam representações depreciativas do envelhecimento e do indivíduo que envelhece, estabelecendo o seu lugar social na periferia da sociedade (Mendes, 2013).

As dificuldades em lidar com este fenómeno, situam-se histórica e socialmente e revelam-se na própria explicitação quer do envelhecimento quer na denominação dos indivíduos que envelhecem. Estas dificuldades que resultam da necessidade de encontrar denominações socialmente asséticas levaram diversas organizações nacionais e internacionais a dedicarem a sua atenção a este fenómeno e a encontrar e justificar designações consensuais, sempre pautadas pela neutralidade valorativa dos termos utilizados.

É disso exemplo o questionário europeu “Idades e Atitudes”, realizado em 1992 pela Comissão das Comunidades Europeias. A partir dos resultados obtidos, os diferentes países passaram a usar terminologias diferentes, mas próximas, para designar os idosos e na maior parte deles o termo pessoa ou cidadão passou a preceder a alusão à idade. Estes resultados parecem querer reafirmar a cidadania e a inclusão social dos idosos, como se bastasse a sua (re)nomeação para que este processo “naturalmente” ocorra (Mendes, 2013).

Coordenação Isabel Lage

Também o aumento da longevidade e a generalizada melhoria no estado de saúde dos idosos, concorreu para dar visibilidade aos desajustamentos terminológicos/conceptuais socialmente adotados para designar estes indivíduos. Conceptualizar o processo de envelhecimento e o idoso a partir da sua fragilidade física, decadência ou perda de saúde passaram a revelar-se critérios desajustados e incapazes de captarem a essência do fenómeno que designavam. Além disso velho e idoso, em meados do século passado, designavam condições estruturais de vida diferentes.

A designação de idoso estava reservada para aqueles que usufruíam de um estatuto social singular resultante de uma situação financeira privilegiada ou de alguma atividade socialmente valorizada. Por sua vez, o termo velho era utilizado para nomear a situação de indigência e exclusão daqueles que apenas tinham como bens próprios, a força de trabalho. Quando deixavam de estar aptos para trabalhar e na ausência de qualquer apoio estatal, viam aumentada a sua situação de pobreza (Peixoto, 1998). Essa época marcou, também, a forte ligação que passou a ser socialmente estabelecida, entre a esfera produtiva e a condição de velhice.

As mudanças de nomenclatura, que ocorreram um pouco por todos os países ocidentais, estiveram também associadas às políticas sociais que tinham como objetivo combater a exclusão social e transformar a imagem social dos idosos e que foram inicialmente acionadas em França, nos anos 60 do século passado, nomeadamente com a aposentação (Mendes, 2013).

Em Portugal, a evolução das políticas sociais de apoio aos idosos deu-se com a institucionalização do direito generalizado à reforma e com a criação do sistema de segurança social, após a Revolução de abril de 1974, com objetivo de garantir a segurança económica, a sobrevivência e a integração social dos idosos. Em finais dos anos 70, a proteção social, por parte do Estado, deixou de se restringir ao apoio económico e começaram a emergir preocupações com o desenvolvimento de infraestruturas de apoio que favorecessem a integração e a participação plena dos idosos na sociedade.

Cont.....